



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



LICITAÇÃO: TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 23104.019334/2022-16

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de serviços de chaveiro, sob demanda, com fornecimento de todo o material e mão de obra necessários à execução dos serviços, para suprir as necessidades da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE	LOCAL SERVIÇO	Item	CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
1	Campo Grande e Terenos (Fazenda Escola)	1	5436	Troca de segredo de fechadura tetra com material - Administração Central	Unidade	5	R\$ 105,86	R\$ 529,30
		2	5436	Unificação de fechadura - Administração Central	Unidade	10	R\$ 52,00	R\$ 520,00
		3	5436	Abertura de fechaduras de portas - Administração Central	Unidade	150	R\$ 58,79	R\$ 8.818,50
		4	5436	Abertura de mobiliário em geral - Administração Central	Unidade	15	R\$ 48,83	R\$ 732,45
		5	5436	Abertura de porta de veículo - Administração Central	Unidade	5	R\$ 115,89	R\$ 579,45
		6	5436	Adaptação de chave, sem modelo, chave armário/gaveta/arquivo/cadeado - Administração Central	Unidade	5	R\$ 51,00	R\$ 255,00
		7	5436	Adaptação de chave, sem modelo, chave simples - Administração Central	Unidade	50	R\$ 57,85	R\$ 2.892,50
		8	5436	Adaptação de chave, sem modelo, chave tetra - Administração Central	Unidade	5	R\$ 73,33	R\$ 366,65
		9	5436	Adaptação de chave, sem modelo, de veículo - Administração Central	Unidade	5	R\$ 229,50	R\$ 1.147,50
		10	5436	Chaveiro com etiqueta - Administração Central	Unidade	100	R\$ 2,60	R\$ 260,00
		11	5436	Conserto de fechadura comum com material - Administração Central	Unidade	150	R\$ 69,56	R\$ 10.434,00
		12	5436	Conserto de fechadura de porta de emergência com material - Administração Central	Unidade	20	R\$ 118,84	R\$ 2.376,80
		13	5436	Conserto de fechadura de porta de vidro de abrir com material - Administração Central	Unidade	5	R\$ 115,00	R\$ 575,00
		14	5436	Conserto de fechadura de porta de correr com material - Administração Central	Unidade	5	R\$ 131,60	R\$ 658,00
		15	5436	Conserto de fechadura de elétrica com material - Administração Central	Unidade	5	R\$ 113,25	R\$ 566,25
		16	5436	Conserto de maçaneta com material - Administração Central	Unidade	15	R\$ 50,44	R\$ 756,60
		17	5436	Conserto de porteiro elétrico - Administração Central	Unidade	5	R\$ 165,00	R\$ 825,00
		18	5436	Controle remoto de portão com configuração - Administração Central	Unidade	5	R\$ 95,59	R\$ 477,95
		19	5436	Cópia de chave comum para automóvel padrão -	Unidade	10	R\$	R\$

		Administração Central			60,90	609,00
20	5436	Cópia de chave comum residencial - Administração Central	Unidade	2000	R\$ 13,66	R\$ 27.320,00
21	5436	Cópia de chave para automóvel codificada - Administração Central	Unidade	5	R\$ 272,30	R\$ 1.361,50
22	5436	Cópia de chave tetra - Administração Central	Unidade	45	R\$ 32,59	R\$ 1.466,55
23	5436	Instalação de fechadura caixa estreita com material - Administração Central	Unidade	50	R\$ 209,41	R\$ 10.470,50
24	5436	Instalação de fechadura caixa larga com material - Administração Central	Unidade	120	R\$ 281,50	R\$ 33.780,00
25	5436	Instalação de fechadura comum residencial - Administração Central	Unidade	10	R\$ 187,11	R\$ 1.871,10
26	5436	Instalação de fechadura de armário com material - Administração Central	Unidade	60	R\$ 88,89	R\$ 5.333,40
27	5436	Instalação de fechadura de banheiro com material - Administração Central	Unidade	25	R\$ 153,00	R\$ 3.825,00
28	5436	Instalação de fechadura de divisória com material - Administração Central	Unidade	50	R\$ 235,57	R\$ 11.778,50
29	5436	Instalação de fechadura de emergência com material - Administração Central	Unidade	25	R\$ 475,00	R\$ 11.875,00
30	5436	Instalação de fechadura elétrica com material com parte elétrica - Administração Central	Unidade	10	R\$ 680,40	R\$ 6.804,00
31	5436	Instalação de fechadura elétrica com porteiro c/ 1 fone com parte elétrica e material - Administração Central	Unidade	5	R\$ 1.350,00	R\$ 6.750,00
32	5436	Instalação de fechadura elétrica com porteiro c/ 2 fones com parte elétrica e material - Administração Central	Unidade	5	R\$ 2.081,25	R\$ 10.406,25
33	5436	Instalação de fechadura elétrica com porteiro c/ 6 fones com parte elétrica e materia - Administração Central	Unidade	2	R\$ 3.518,75	R\$ 7.037,50
34	5436	Instalação de fechadura em porta de ferro com material - Administração Central	Unidade	5	R\$ 212,38	R\$ 1.061,90
35	5436	Instalação de fechadura em porta de vidro de abrir com material - Administração Central	Unidade	10	R\$ 211,50	R\$ 2.115,00
36	5436	Instalação de fechadura em porta de vidro de correr com material - Administração Central	Unidade	5	R\$ 238,00	R\$ 1.190,00
37	5436	Instalação de fechadura tetra com material - Administração Central	Unidade	10	R\$ 227,33	R\$ 2.273,30
38	5436	Instalação de maçaneta - Administração Central	Unidade	65	R\$ 95,60	R\$ 6.214,00
39	5436	Instalação de mola aérea com material - Administração Central	Unidade	15	R\$ 494,13	R\$ 7.411,95
40	5436	Instalação de porta cadeado com material - Administração Central	Unidade	5	R\$ 95,40	R\$ 477,00
41	5436	Instalação de porteiro elétrico - Administração	Unidade	5	R\$	R\$

			Central			593,75	2.968,75
42	5436		Instalação de porteiro elétrico numérico - Administração Central	Unidade	5	R\$ 800,00	R\$ 4.000,00
43	5436		Instalação de puxador duplo tubular para porta de madeira/vidro com material - Administração Central	Unidade	15	R\$ 499,58	R\$ 7.493,70
44	5436		Instalação de puxador para porta de vidro convencional com material - Administração Central	Unidade	5	R\$ 414,50	R\$ 2.072,50
45	5436		Instalação de puxador tubular simples para porta de madeira/vidro com material - Administração Central	Unidade	10	R\$ 370,00	R\$ 3.700,00
46	5436		Instalação de trava tetra com material - Administração Central	Unidade	5	R\$ 348,00	R\$ 1.740,00
47	5436		Manutenção de mola aérea - Administração Central	Unidade	10	R\$ 188,80	R\$ 1.888,00
48	5436		Manutenção e revisão de porta automática - Administração Central	Unidade	5	R\$ 881,25	R\$ 4.406,25
49	5436		Troca de segredo de fechadura comum com material - Administração Central	Unidade	75	R\$ 82,19	R\$ 6.164,25
50	5436		Instalação de fechadura elétrica com porteiro c/ 4 fones com parte elétrica e material - Administração Central	Unidade	2	R\$ 3.425,00	R\$ 6.850,00
Valor Total Lote 1							R\$ 235.485,85

LOTE	LOCAL SERVIÇO	Item	CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
2	Nova Andradina	51	5436	Chaveiro com etiqueta - Campus de Nova Andradina	Unidade	100	R\$ 2,60	R\$ 260,00
		52	5436	Conserto de fechadura comum com material - Campus de Nova Andradina	Unidade	1	R\$ 69,56	R\$ 69,56
		53	5436	Cópia de chave comum para automóvel padrão - Campus de Nova Andradina	Unidade	1	R\$ 60,90	R\$ 60,90
		54	5436	Cópia de chave comum residencial - Campus de Nova Andradina	Unidade	70	R\$ 13,66	R\$ 956,20
		55	5436	Instalação de fechadura comum residencial - Campus de Nova Andradina	Unidade	2	R\$ 187,11	R\$ 374,22
		56	5436	Instalação de fechadura de armário com material - Campus de Nova Andradina	Unidade	9	R\$ 88,89	R\$ 800,01
		57	5436	Instalação de fechadura de banheiro com material - Campus de Nova Andradina	Unidade	12	R\$ 153,00	R\$ 1.836,00
		58	5436	Instalação de fechadura em porta de vidro de correr com material - Campus de Nova Andradina	Unidade	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00

		59	5436	Instalação de mola aérea com material - Campus de Nova Andradina	Unidade	1	R\$ 494,13	R\$ 494,13
		60	5436	Manutenção de mola aérea	Unidade	1	R\$ 188,80	R\$ 188,80
Valor Total Lote 2								R\$ 5.277,82

LOTE	LOCAL SERVIÇO	Item	CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
3	Naviraí	61	5436	Unificação de fechadura - Campus de Naviraí	Unidade	30	R\$ 52,00	R\$ 1.560,00
		62	5436	Abertura de fechaduras de portas - Campus de Naviraí	Unidade	2	R\$ 58,79	R\$ 117,58
		63	5436	Abertura de mobiliário em geral - Campus de Naviraí	Unidade	10	R\$ 48,83	R\$ 488,30
		64	5436	Abertura de porta de veículo - Campus de Naviraí	Unidade	1	R\$ 115,89	R\$ 115,89
		65	5436	Adaptação de chave, sem modelo, chave armário/gaveta/arquivo/cadeado - Campus de Naviraí	Unidade	20	R\$ 51,00	R\$ 1.020,00
		66	5436	Chaveiro com etiqueta - Campus de Naviraí	Unidade	80	R\$ 2,60	R\$ 208,00
		67	5436	Conserto de fechadura comum com material - Campus de Naviraí	Unidade	10	R\$ 69,56	R\$ 695,60
		68	5436	Conserto de fechadura de porta de vidro de abrir com material - Campus de Naviraí	Unidade	2	R\$ 115,00	R\$ 230,00
		69	5436	Conserto de fechadura de porta de correr com material - Campus de Naviraí	Unidade	1	R\$ 131,60	R\$ 131,60
		70	5436	Conserto de maçaneta com material - Campus de Naviraí	Unidade	20	R\$ 50,44	R\$ 1.008,80

71	5436	Cópia de chave comum para automóvel padrão - Campus de Naviraí	Unidade	1	R\$ 60,90	R\$ 60,90
72	5436	Cópia de chave comum residencial - Campus de Naviraí	Unidade	15	R\$ 13,66	R\$ 204,90
73	5436	Instalação de fechadura comum residencial - Campus de Naviraí	Unidade	5	R\$ 187,11	R\$ 935,55
74	5436	Instalação de fechadura de armário com material - Campus de Naviraí	Unidade	10	R\$ 88,89	R\$ 888,90
75	5436	Instalação de fechadura de banheiro com material - Campus de Naviraí	Unidade	30	R\$ 153,00	R\$ 4.590,00
76	5436	Instalação de fechadura de divisória com material - Campus de Naviraí	Unidade	4	R\$ 235,57	R\$ 942,28
77	5436	Instalação de fechadura em porta de ferro com material - Campus de Naviraí	Unidade	1	R\$ 212,38	R\$ 212,38
78	5436	Instalação de fechadura em porta de vidro de correr com material - Campus de Naviraí	Unidade	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00
79	5436	Instalação de maçaneta - Campus de Naviraí	Unidade	30	R\$ 95,60	R\$ 2.868,00
80	5436	Instalação de mola aérea com material - Campus de Naviraí	Unidade	14	R\$ 494,13	R\$ 6.917,82
81	5436	Instalação de porteiro elétrico numérico -	Unidade	2	R\$ 800,00	R\$

				Campus de Naviraí				1.600,00
		82	5436	Instalação de puxador duplo tubular para porta de madeira/vidro com material - Campus de Naviraí	Unidade	2	R\$ 499,58	R\$ 999,16
		83	5436	Manutenção de mola aérea - Campus de Naviraí	Unidade	4	R\$ 188,80	R\$ 755,20
Valor Total Lote 3								R\$ 26.788,86

LOTE	LOCAL SERVIÇO	Item	CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
4	Três Lagoas	84	5436	Troca de segredo de fechadura tetra com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	3	R\$ 105,86	R\$ 317,58
		85	5436	Abertura de fechaduras de portas - Campus de Três Lagoas	Unidade	5	R\$ 58,79	R\$ 293,95
		86	5436	Abertura de mobiliário em geral - Campus de Três Lagoas	Unidade	5	R\$ 48,83	R\$ 244,15
		87	5436	Abertura de porta de veículo - Campus de Três Lagoas	Unidade	10	R\$ 115,89	R\$ 1.158,90
		88	5436	Adaptação de chave, sem modelo, chave armário/gaveta/arquivo/cadeado - Campus de Três Lagoas	Unidade	5	R\$ 51,00	R\$ 255,00
		89	5436	Adaptação de chave, sem modelo, chave simples - Campus de Três Lagoas	Unidade	10	R\$ 57,85	R\$ 578,50
		90	5436	Adaptação de chave, sem modelo, chave tetra - Campus de Três Lagoas	Unidade	4	R\$ 73,33	R\$ 293,32
		91	5436	Adaptação de chave, sem modelo, de veículo - Campus de Três Lagoas	Unidade	2	R\$ 229,50	R\$ 459,00
		92	5436	Chaveiro com etiqueta - Campus de Três Lagoas	Unidade	40	R\$ 2,60	R\$ 104,00
		93	5436	Conserto de fechadura comum com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	20	R\$ 69,56	R\$ 1.391,20
		94	5436	Conserto de fechadura de porta de emergência com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	2	R\$ 118,84	R\$ 237,68
		95	5436	Conserto de fechadura de porta de vidro de abrir com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	2	R\$ 115,00	R\$ 230,00
		96	5436	Conserto de fechadura de porta de correr com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	3	R\$ 131,60	R\$ 394,80
		97	5436	Conserto de maçaneta com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	13	R\$ 50,44	R\$ 655,72
		98	5436	Cópia de chave comum residencial - Campus de Três Lagoas	Unidade	230	R\$ 13,66	R\$ 3.141,80
		99	5436	Cópia de chave para automóvel codificada - Campus de Três Lagoas	Unidade	1	R\$ 272,30	R\$ 272,30

100	5436	Cópia de chave tetra - Campus de Três Lagoas	Unidade	20	R\$ 32,59	R\$ 651,80
101	5436	Instalação de fechadura caixa estreita com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	6	R\$ 209,41	R\$ 1.256,46
102	5436	Instalação de fechadura caixa larga com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	13	R\$ 281,50	R\$ 3.659,50
103	5436	Instalação de fechadura comum residencial - Campus de Três Lagoas	Unidade	13	R\$ 187,11	R\$ 2.432,43
104	5436	Instalação de fechadura de armário com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	8	R\$ 88,89	R\$ 711,12
105	5436	Instalação de fechadura de banheiro com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	10	R\$ 153,00	R\$ 1.530,00
106	5436	Instalação de fechadura de divisória com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	10	R\$ 235,57	R\$ 2.355,70
107	5436	Instalação de fechadura de emergência com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	3	R\$ 475,00	R\$ 1.425,00
108	5436	Instalação de fechadura elétrica com material com parte elétrica - Campus de Três Lagoas	Unidade	1	R\$ 680,40	R\$ 680,40
109	5436	Instalação de fechadura em porta de ferro com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	4	R\$ 212,38	R\$ 849,52
110	5436	Instalação de fechadura em porta de vidro de abrir com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	2	R\$ 211,50	R\$ 423,00
111	5436	Instalação de fechadura em porta de vidro de correr com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	4	R\$ 238,00	R\$ 952,00
112	5436	Instalação de fechadura tetra com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	6	R\$ 227,33	R\$ 1.363,98
113	5436	Instalação de maçaneta - Campus de Três Lagoas	Unidade	10	R\$ 95,60	R\$ 956,00
114	5436	Instalação de mola aérea com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	3	R\$ 494,13	R\$ 1.482,39
115	5436	Instalação de porta cadeado com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	1	R\$ 95,40	R\$ 95,40
116	5436	Instalação de porteiro elétrico - Campus de Três Lagoas	Unidade	1	R\$ 593,75	R\$ 593,75
117	5436	Instalação de puxador duplo tubular para porta de madeira/vidro com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	4	R\$ 499,58	R\$ 1.998,32
118	5436	Instalação de puxador para porta de vidro convencional com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	4	R\$ 414,50	R\$ 1.658,00
119	5436	Instalação de trava tetra com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	4	R\$ 348,00	R\$ 1.392,00
120	5436	Manutenção de mola aérea - Campus de Três Lagoas	Unidade	3	R\$ 188,80	R\$ 566,40
121	5436	Troca de segredo de fechadura comum com material - Campus de Três Lagoas	Unidade	15	R\$ 82,19	R\$ 1.232,85
Valor Total Lote 4						R\$ 38.293,92

LOTE	LOCAL SERVIÇO	Item	CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
------	------------------	------	--------	-----------	-------------------------	------------	---------------------------------------	------------------------------------

5	Ponta Porã	122	5436	Abertura de mobiliário em geral - Campus de Ponta Porã	Unidade	2	R\$ 48,83	R\$ 97,66
		123	5436	Chaveiro com etiqueta - Campus de Ponta Porã	Unidade	100	R\$ 2,60	R\$ 260,00
		124	5436	Conserto de fechadura comum com material - Campus de Ponta Porã	Unidade	3	R\$ 69,56	R\$ 208,68
		125	5436	Conserto de fechadura de elétrica com material - Campus de Ponta Porã	Unidade	1	R\$ 113,25	R\$ 113,25
		126	5436	Cópia de chave comum residencial - Campus de Ponta Porã	Unidade	15	R\$ 13,66	R\$ 204,90
		127	5436	Cópia de chave para automóvel codificada - Campus de Ponta Porã	Unidade	2	R\$ 272,30	R\$ 544,60
		128	5436	Instalação de fechadura caixa larga com material - Campus de Ponta Porã	Unidade	3	R\$ 281,50	R\$ 844,50
		129	5436	Instalação de fechadura de armário com material - Campus de Ponta Porã	Unidade	3	R\$ 88,89	R\$ 266,67
		130	5436	Instalação de fechadura de divisória com material - Campus de Ponta Porã	Unidade	2	R\$ 235,57	R\$ 471,14
		131	5436	Instalação de fechadura em porta de vidro de correr com material - Campus de Ponta Porã	Unidade	1	R\$ 238,00	R\$ 238,00
		132	5436	Instalação de maçaneta - Campus de Ponta Porã	Unidade	1	R\$ 95,60	R\$ 95,60
		133	5436	Instalação de mola aérea com material - Campus de Ponta Porã	Unidade	32	R\$ 494,13	R\$ 15.812,16
		134	5436	Instalação de puxador duplo tubular para porta de madeira/vidro com material - Campus de Ponta Porã	Unidade	6	R\$ 499,58	R\$ 2.997,48
		135	5436	Manutenção de mola aérea - Campus de Ponta Porã	Unidade	15	R\$ 188,80	R\$ 2.832,00
Valor Total Lote 5							R\$ 24.986,64	

LOTE	LOCAL SERVIÇO	Item	CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
6	Aquidauana	136	5436	Abertura de mobiliário em geral - Campus de Aquidauana	Unidade	6	R\$ 48,83	R\$ 292,98
		137	5436	Conserto de fechadura comum com material - Campus de Aquidauana	Unidade	4	R\$ 69,56	R\$ 278,24
		138	5436	Conserto de maçaneta com material - Campus de Aquidauana	Unidade	6	R\$ 50,44	R\$ 302,64
		139	5436	Cópia de chave comum residencial - Campus de Aquidauana	Unidade	8	R\$ 13,66	R\$ 109,28
		140	5436	Instalação de fechadura comum residencial - Campus de Aquidauana	Unidade	8	R\$ 187,11	R\$ 1.496,88
		141	5436	Instalação de fechadura de armário com material - Campus de Aquidauana	Unidade	5	R\$ 88,89	R\$ 444,45
		142	5436	Instalação de maçaneta - Campus de	Unidade	5	R\$ 95,60	R\$ 478,00

				Aquidauana					
		143	5436	Troca de segredo de fechadura comum com material - Campus de Aquidauana		Unidade	5	R\$ 82,19	R\$ 410,95
								Valor Total Lote 6	R\$ 3.813,42

LOTE	LOCAL SERVIÇO	Item	CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
7	Paranaíba	144	5436	Abertura de fechaduras de portas - Campus de Paranaíba	Unidade	5	R\$ 58,79	R\$ 293,95
		145	5436	Cópia de chave comum residencial - Campus de Paranaíba	Unidade	25	R\$ 13,66	R\$ 341,50
		146	5436	Cópia de chave para automóvel codificada - Campus de Paranaíba	Unidade	2	R\$ 272,30	R\$ 544,60
		147	5436	Instalação de fechadura caixa estreita com material - Campus de Paranaíba	Unidade	15	R\$ 209,41	R\$ 3.141,15
		148	5436	Instalação de fechadura caixa larga com material - Campus de Paranaíba	Unidade	10	R\$ 281,50	R\$ 2.815,00
		149	5436	Instalação de fechadura de armário com material - Campus de Paranaíba	Unidade	5	R\$ 88,89	R\$ 444,45
		150	5436	Instalação de fechadura de banheiro com material - Campus de Paranaíba	Unidade	4	R\$ 153,00	R\$ 612,00
		151	5436	Instalação de fechadura de divisória com material - Campus de Paranaíba	Unidade	5	R\$ 235,57	R\$ 1.177,85
Valor Total Lote 7							R\$ 9.370,50	

LOTE	LOCAL SERVIÇO	Item	CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
8	Chapadão do Sul	152	5436	Chaveiro com etiqueta - Campus de Chapadão do Sul	Unidade	40	R\$ 2,60	R\$ 104,00
		153	5436	Conserto de fechadura comum com material - Campus de Chapadão do Sul	Unidade	20	R\$ 69,56	R\$ 1.391,20
		154	5436	Conserto de fechadura de porta de correr com material - Campus de Chapadão do Sul	Unidade	2	R\$ 131,60	R\$ 263,20
		155	5436	Conserto de maçaneta com material - Campus de Chapadão do Sul	Unidade	20	R\$ 50,44	R\$ 1.008,80
		156	5436	Cópia de chave comum para automóvel padrão - Campus de Chapadão do Sul	Unidade	2	R\$ 60,90	R\$ 121,80
		157	5436	Cópia de chave comum residencial - Campus de Chapadão do Sul	Unidade	35	R\$ 13,66	R\$ 478,10
		158	5436	Cópia de chave para automóvel codificada - Campus de Chapadão do Sul	Unidade	1	R\$ 272,30	R\$ 272,30
		159	5436	Instalação de fechadura de armário com material - Campus de Chapadão do Sul	Unidade	20	R\$ 88,89	R\$ 1.777,80
		160	5436	Instalação de fechadura de divisória com material - Campus de Chapadão do Sul	Unidade	15	R\$ 235,57	R\$ 3.533,55

		161	5436	Instalação de fechadura em porta de ferro com material - Campus de Chapadão do Sul	Unidade	2	R\$ 212,38	R\$ 424,76
		162	5436	Instalação de maçaneta - Campus de Chapadão do Sul	Unidade	10	R\$ 95,60	R\$ 956,00
		163	5436	Instalação de porta cadeado com material - Campus de Chapadão do Sul	Unidade	10	R\$ 95,40	R\$ 954,00
		164	5436	Troca de segredo de fechadura comum com material - Campus de Chapadão do Sul	Unidade	2	R\$ 82,19	R\$ 164,38
Valor Total Lote 8								R\$ 11.449,89

LOTE	LOCAL SERVIÇO	Item	CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
9	Coxim	165	5436	Chaveiro com etiqueta - Campus de Coxim	Unidade	45	R\$ 2,60	R\$ 117,00
		166	5436	Conserto de fechadura comum com material - Campus de Coxim	Unidade	10	R\$ 69,56	R\$ 695,60
		167	5436	Conserto de fechadura de porta de vidro de abrir com material - Campus de Coxim	Unidade	1	R\$ 115,00	R\$ 115,00
		168	5436	Cópia de chave comum residencial - Campus de Coxim	Unidade	50	R\$ 13,66	R\$ 683,00
		169	5436	Cópia de chave para automóvel codificada - Campus de Coxim	Unidade	3	R\$ 272,30	R\$ 816,90
		170	5436	Instalação de fechadura de banheiro com material - Campus de Coxim	Unidade	5	R\$ 153,00	R\$ 765,00
		171	5436	Instalação de fechadura em porta de ferro com material - Campus de Coxim	Unidade	3	R\$ 212,38	R\$ 637,14
		172	5436	Instalação de fechadura em porta de vidro de abrir com material - Campus de Coxim	Unidade	1	R\$ 211,50	R\$ 211,50
Valor Total Lote 9								R\$ 4.041,14

LOTE	LOCAL SERVIÇO	Item	CATSER	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Total Máximo Aceitável
10	Corumbá	173	5436	Abertura de fechaduras de portas - Campus do Pantanal	Unidade	5	R\$ 58,79	R\$ 293,95
		174	5436	Abertura de mobiliário em geral - Campus do Pantanal	Unidade	10	R\$ 48,83	R\$ 488,30
		175	5436	Abertura de porta de veículo - Campus do Pantanal	Unidade	4	R\$ 115,89	R\$ 463,56
		176	5436	Chaveiro com etiqueta - Campus do Pantanal	Unidade	300	R\$ 2,60	R\$ 780,00
		177	5436	Conserto de fechadura comum com material - Campus do Pantanal	Unidade	10	R\$ 69,56	R\$ 695,60
		178	5436	Conserto de fechadura de porta de emergência com material - Campus do Pantanal	Unidade	4	R\$ 118,84	R\$ 475,36
		179	5436	Conserto de fechadura de porta de vidro de abrir com material - Campus do Pantanal	Unidade	4	R\$ 115,00	R\$ 460,00
		180	5436	Conserto de fechadura de porta de correr	Unidade	1	R\$	R\$

		com material - Campus do Pantanal			131,60	131,60
181	5436	Conserto de maçaneta com material - Campus do Pantanal	Unidade	8	R\$ 50,44	R\$ 403,52
182	5436	Cópia de chave comum para automóvel padrão - Campus do Pantanal	Unidade	7	R\$ 60,90	R\$ 426,30
183	5436	Cópia de chave comum residencial - Campus do Pantanal	Unidade	30	R\$ 13,66	R\$ 409,80
184	5436	Cópia de chave para automóvel codificada - Campus do Pantanal	Unidade	2	R\$ 272,30	R\$ 544,60
185	5436	Cópia de chave tetra - Campus do Pantanal	Unidade	4	R\$ 32,59	R\$ 130,36
186	5436	Instalação de fechadura comum residencial - Campus do Pantanal	Unidade	3	R\$ 187,11	R\$ 561,33
187	5436	Instalação de fechadura de emergência com material - Campus do Pantanal	Unidade	2	R\$ 475,00	R\$ 950,00
188	5436	Instalação de fechadura tetra com material - Campus do Pantanal	Unidade	4	R\$ 227,33	R\$ 909,32
189	5436	Instalação de maçaneta - Campus do Pantanal	Unidade	15	R\$ 95,60	R\$ 1.434,00
190	5436	Instalação de porta cadeado com material - Campus do Pantanal	Unidade	1	R\$ 95,40	R\$ 95,40
191	5436	Instalação de puxador para porta de vidro convencional com material - Campus do Pantanal	Unidade	2	R\$ 414,50	R\$ 829,00
192	5436	Instalação de puxador tubular simples para porta de madeira/vidro com material - Campus do Pantanal	Unidade	2	R\$ 370,00	R\$ 740,00
193	5436	Manutenção e revisão de porta automática - Campus do Pantanal	Unidade	1	R\$ 881,25	R\$ 881,25
Valor Total Lote 10						R\$ 12.103,25

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de chaveiro com fornecimento de material.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global por lote:

1.4.1. A Equipe de Planejamento avaliou que o agrupamento dos itens em lotes, por Campus da UFMS, possibilita uma opção mais atrativa aos fornecedores locais a fim de evitar eventuais licitações desertas em itens referentes às unidades localizadas no interior do Estado. Além disso, a divisão de lotes representa a medida administrativa mais operacional do que a regra da licitação por itens isolados, sendo adotada a adjudicação pelo menor preço global por lote, de modo que haja uma melhor coordenação das atividades e dos trabalhos a serem realizados pela empresa contratada, além de possibilitar a economia de escala, entre outros:

1.4.1.1. A licitação por lotes traz maior facilidade de gestão, uma vez que a completa separação desses lotes em itens traria entraves, já que configuraria a necessidade de celebração de vários contratos, aumento dos custos com a gestão dos mesmos, aumento das taxas cobradas pela prestação dos mesmos, por parte das empresas, trazendo problemas com o tempo despendido para sua perfeita fiscalização e uma excessiva e desnecessária burocratização dos processos.

1.4.1.2. O fornecimento de materiais e o serviço de manutenção sendo realizados pela mesma empresa evita alegações de que a manutenção corretiva não foi eficaz devido à qualidade da peça fornecida.

1.4.2. Ademais, a Equipe de Planejamento conclui que o parcelamento em vários itens de manutenção não é tecnicamente viável porque a execução do serviço pressupõe a disponibilidade imediata das peças, conforme a necessidade verificada em cada ocorrência, de modo que condicionar a completa execução do serviço propriamente dito à dependência de terceiro que não guarda vínculo com a empresa executora, pode impor entraves que dificultem, atrasem ou inviabilizem o serviço. Além disso, o emprego de peças /materiais é acessório à obrigação principal e as empresas que fornecem serviços de chaveiro comercializam tais materiais de reposição conforme praxe observada no mercado.

1.4.3. Noutro lado, a Equipe também entende que há ganho de escala porque os possíveis interessados atuam no mesmo nicho de mercado de serviços de chaveiro tanto para a prestação do serviço quanto o fornecimento de peças. Nesse sentido, os serviços pretendidos juntamente com os respectivos materiais de reposição fazem parte do mesmo segmento de mercado das empresas do ramo, não implicando em restrição de competitividade.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.2. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os serviços serão executados por empresa especializada e essa deverá fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à execução destes, incluindo mão-de-obra.

5.1.2. Os serviços serão executados pela empresa CONTRATADA, não se admitindo recusa da parte daquela em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.

5.1.3. A CONTRATADA deverá atender às solicitações parceladamente, qualquer que seja a quantidade solicitada, não sendo permitida a exigência de faturamento mínimo, conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária da UFMS.

5.1.4. Os pagamentos serão realizados exclusivamente sobre serviços efetivamente executados.

5.1.5. A garantia dos serviços e peças empregadas na execução dos serviços, não deverá ser inferior a 90 (noventa) dias a contar da data do recebimento;

5.1.6. A Equipe de Planejamento da contratação não identificou prejuízos pela inexecução do contrato que necessitem de calços financeiros previamente depositados para suprir as falhas que as empresas, por ventura, deem causa. Assim, entende-se que a modalidade de seguro garantia não deve ser aplicada para o presente objeto.

5.1.7. A execução dos serviços deverá observar os critérios e práticas de sustentabilidade estabelecidos pela Instrução Normativa nº 01/2010-SLTI/MPOG pelo Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, e suas alterações, no que couber, observando também o Plano de Logística Sustentável da UFMS, quando aplicável.

5.1.8. O contrato terá duração inicial de 1 ano.

5.1.9. Não haverá necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5.1.10. A solução que prevê a contratação de empresa prestadora de serviços, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com os trabalhos sendo realizados nas dependências da empresa, tendo a UFMS acesso ao produto final é a que melhor atende às necessidades da unidade demandante, pois é a mais viável em termos de economicidade e eficiência. O presente modelo de contratação não traz qualquer inovação às práticas de mercado.

5.1.11. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.1.12. Para habilitação técnica, além das exigências mínimas constantes em Edital, a empresa também deverá apresentar os seguintes documentos:

5.1.12.1. Declaração ou Atestado de Capacidade Técnica, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a prestação de serviços de chaveiro, devendo constar ainda, se o fornecedor está cumprindo ou tenha cumprido o atendimento de modo satisfatório.

5.1.12.2. Declaração de que a empresa tem aptidão para desempenho da atividade compatível com o objeto desta licitação em características, quantidade e prazos.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. No que couber, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

6.2. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial -OBSERVAR O ENQUADRAMENTO DOS OBJETOS LICITADOS NO GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 5ª EDIÇÃO. Ex.: "Os critérios abaixo descritos estão embasados no "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf , bem como no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, ao art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2014 (uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE) - Conforme e quando for o caso de aplicabilidade desse normativo para os itens em questão.

6.3. No que couber, nos itens relacionados em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981. No que couber, o disposto nas Portarias INMETRO n.º 7 de 04/01/2011, n.º 643 de 30/11/ 2012 e n.º 410, de 16/08/2013 deve ser observado.

6.4. Nos termos do Decreto 7.746/2012, art. 4º, são diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II - preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;
- III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VIII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 10:30 horas, e das 13:30 horas às 16:30 horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.4. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. Os serviços serão executados sob demanda, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da UFMS.

8.1.2. Os serviços objeto deste Estudo estender-se-ão a novas partes e equipamentos que venham a ser instalados nas dependências da UFMS, sem quaisquer custos adicionais para a CONTRATANTE.

8.1.3. Todo material utilizado nos serviços (fechaduras, modelagem de cópia de chaves, trancas de mesa, armários, etc.), deverá ser de excelente qualidade, novo, de primeiro uso, não se admitindo produto anteriormente utilizado.

8.1.4. As substituições de fechaduras deverão ser feitas com material da mesma marca e modelos das linhas existentes nas fechaduras e móveis, ou, se não mais fabricado, por outra de qualidade igual ou superior.

8.1.5. Os preços ofertados deverão incluir os custos de deslocamento da empresa CONTRATADA até o local de prestação dos serviços.

8.1.6. Os serviços objeto desse estudo devem ser prestados nos diversos Campi da UFMS em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a relação de endereços disposta abaixo:

Lote	Unidade	Descrição	Endereço
1	Administração Central	Todas as unidades pertencentes à UFMS localizadas na cidade de Campo Grande-MS e Terenos-MS (Fazenda Escola)	Cidade Universitária, Campo Grande / MS - CEP: 79070-900/Telefones: (67) 3345-7105
			Rodovia Br. 262, Km 380 Primeira entrada à direita sentido Campo Grande/Terenos
2	CPNA	Campus de Nova Andradina	Rod MS 134, KM 3, Zona Rural. CEP 79750-000, Cx Postal 128 Telefones: (67) 3449-2502
3	CPNV	Campus de Naviraí	Rodovia MS 141, Km 04, Saída para Ivinhema - Cx Postal 103 - CEP 79950.000, Telefones: (67) 3409-1405
4	CPTL	Campus de Três Lagoas	Unidade 1: Av Capitão Olinto Mancini 1662 / CEP 79603-011 / Caixa Postal nº 210, Telefones: (67) 3509-3400
			Unidade 2: Av. Ranulpho Marques Leal, 3484 / CEP 79620-080 / Cx Postal nº 210, Telefones: (67) 3509-3740
5	CPPP	Campus de Ponta Porã	Rua Itibiré Vieira, s/n – Residencial Julia Oliveira Cardinal - BR 463 – Km 4,5 - CEP 79907-414, Telefones: (67) 3437-1700
6	CPAQ	Campus de Aquidauana	Unidade 1: Rua: Imaculada Conceição 163 - CEP 79200-000/ Cx. Postal nº 135 Telefones: (67) 3241-0310
			Unidade 2: Rua Oscar Trindade de Barros, 740 – Bairro Serraria – CEP 79200-000 Telefones: (67) 3241-0450
			Unidade 3: Rua Pandiá Calógeras, 387 – Centro, Telefones: (67)3241-0396
7	CPAR	Campus de Paranaíba	Rua Itibiré Vieira, s/n – Residencial Julia Oliveira Cardinal - BR 463 – Km 4,5 - CEP 79907-414, Telefones: (67) 3437-1700
8	CPCS	Campus de Chapadão do Sul	Acesso à Fazenda Campo Bom - Rod MS 306 Km 105, CEP: 79560-000 - Cx Postal 112 - Zona Rural, Telefones: (67) 3562-6303
9	CPCX	Campus de Coxim	Unidade 1: Av. Marcio Lima Nantes s/n, Vila da Barra - Estrada do Pantanal, CEP: 79400-000, Telefones: (67) 3291-2218
			Unidade 2: Centro de Documentação Histórico

			e Memorial Henrique Spengler – Rua Jandira Cardeal Figueiredo, 80, CEP: 79400-000, Telefones: (67) 3291-4458
10	CPAN	Campus do Pantanal	Unidade 1: Av. Rio Branco, nº 1270, CX Postal 252 – CEP: 79304-020, Telefones: (67) 3234-6814
			Unidade 2: Anfiteatro Salomão Baruki - Rua Poconé 285 - Bairro Universitário, Telefones: (67) 3234-6813
			Unidade 3: Alfândega Nova – Rua Domino Sahib 20, Centro, Telefones: (67) 3234-6102

8.1.7. A execução dos serviços será iniciada em até 10 dias úteis, na forma que segue:

8.1.7.1. Os serviços serão executados por empresa especializada e essa deverá fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à execução destes, incluindo mão-de-obra.

8.1.7.2. Os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) eletrônica, enviada via correio eletrônico, sistema próprios de gerenciamento de serviços ou aplicativo de mensagem instantânea.

8.1.7.3. A OS eletrônica deverá conter no mínimo informações sobre o nome e o contato telefônico do solicitante, a unidade da UFMS onde o serviço será realizado e a descrição do serviço.

8.1.7.4. Em caso de serviços emergenciais, a empresa poderá ser contatada também por meio de ligações telefônicas.

8.1.7.5. A CONTRATADA deve fornecer endereço de correio eletrônico e telefone para atendimentos emergenciais no ato da assinatura do contrato.

8.1.7.6. Os locais afetados pela execução dos serviços deverão ser mantidos pela licitante vencedora em perfeito estado de limpeza, recolhendo-se os entulhos, e dando a eles o destino adequado, inclusive repassado todos os materiais retirados e substituídos, e ainda passíveis de reaproveitamento, aos cuidados da Fiscalização.

8.1.7.7. Os serviços serão prestados de segunda a sexta-feira, das 7h às 23h. Poderá, eventualmente, ocorrer também aos sábados, domingos, feriados e fora do horário padrão, de acordo com as necessidades da UFMS.

8.1.7.8. Os serviços deverão ser realizados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para atendimento normal, e, para ocorrências consideradas urgentes, deverão ser realizados no prazo de até 3 (três) horas a contar do envio da Ordem de Serviço - OS.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. Fechaduras, modelagem de cópia de chaves, trancas de mesa, armários e demais materiais conforme quantidades demonstrados no item 1.1, de excelente qualidade, novo, de primeiro uso, não se admitindo produto anteriormente utilizado.

9.1.2. As fechaduras deverão ser feitas com material da mesma marca e modelos das linhas existentes nas fechaduras e móveis, ou, se não mais fabricado, por outra de qualidade igual ou superior.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. Serviços de chaveiro, para atendimento sob demanda e emergencial, conforme levantamento dos quantitativos SEI nº [3485182](#) e Processo Relacionado SEI nº [23104.027971/2022-58](#), para as devidas demandas das unidades da Administração Central e demais campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme demonstrado abaixo:

Item	Descrição	Quantidade									
		Campo Grande e Fazenda Escola	Campus de Nova Andradina	Campus de Naviraí	Campus de Três Lagoas	Campus de Ponta Porã	Campus de Aquidauana	Campus de Paranaíba	Campus de Chapadão do Sul	Campus de Coxim	Campus do Pantanal
1	Troca de segredo de fechadura tetra com material	5	-	-	3	-	-	-	-	-	-
2	Unificação de fechadura	10	-	30	-	-	-	-	-	-	-
3	Abertura de fechaduras de portas	150	-	2	5	-	-	5	-	-	5
4	Abertura de mobiliário em geral	15	-	10	5	2	6	-	-	-	10
5	Abertura de porta de veículo	5	-	1	10	-	-	-	-	-	4
6	Adaptação de chave, sem modelo, chave armário/gaveta/arquivo/cadeado	5	-	20	5	-	-	-	-	-	-
7	Adaptação de chave, sem modelo, chave simples	50	-	-	10	-	-	-	-	-	-
8	Adaptação de chave, sem modelo, chave tetra	5	-	-	4	-	-	-	-	-	-
9	Adaptação de chave, sem modelo, de veículo	5	-	-	2	-	-	-	-	-	-
10	Chaveiro com etiqueta	100	100	80	40	100	-	-	40	45	300
11	Conserto de fechadura comum com material	150	1	10	20	3	4	-	20	10	10
12	Conserto de fechadura de porta de emergência com material	20	-	-	2	-	-	-	-	-	4
13	Conserto de fechadura de porta de vidro de abrir com material	5	-	2	2	-	-	-	-	1	4

14	Conserto de fechadura de porta de correr com material	5	-	1	3	-	-	-	2	-	1
15	Conserto de fechadura de elétrica com material	5	-	-	-	1	-	-	-	-	-
16	Conserto de maçaneta com material	15	-	20	13	-	6	-	-	-	8
17	Conserto de porteiro elétrico	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
18	Controle remoto de portão com configuração	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
19	Cópia de chave comum para automóvel padrão	10	1	1	-	-	-	-	-	-	7
20	Cópia de chave comum residencial	2000	70	15	230	15	8	25	35	50	30
21	Cópia de chave para automóvel codificada	5	-	-	1	2	-	2	1	3	2
22	Cópia de chave tetra	45	-	-	20	-	-	-	-	-	4
23	Instalação de fechadura caixa estreita com material	50	-	-	6	-	-	15	-	-	-
24	Instalação de fechadura caixa larga com material	120	-	-	13	3	-	10	-	-	-
25	Instalação de fechadura comum residencial	10	2	5	13	-	8	-	-	-	3
26	Instalação de fechadura de armário com material	60	9	10	8	3	5	5	20	-	-
27	Instalação de fechadura de banheiro com material	25	12	30	10	-	-	4	-	5	-
28	Instalação de fechadura de divisória com material	50	-	4	10	2	-	5	15	-	-
29	Instalação de fechadura de emergência com material	25	-	-	3	-	-	-	-	-	2
30	Instalação de fechadura elétrica com material com parte elétrica	10	-	-	1	-	-	-	-	-	-
31	Instalação de fechadura elétrica com porteiro c/ 1 fone com parte elétrica e material	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
32	Instalação de fechadura elétrica com porteiro c/ 2 fones com parte elétrica e material	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33	Instalação de fechadura elétrica com porteiro c/ 6 fones com parte elétrica e material	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
34	Instalação de fechadura em porta de ferro com material	5	-	1	4	-	-	-	2	3	-
35	Instalação de fechadura em porta de vidro de abrir com material	10	-	-	2	-	-	-	-	1	-
36	Instalação de fechadura em porta de vidro de correr com material	5	1	1	4	1	-	-	-	-	-
37	Instalação de fechadura tetra com material	10	-	-	6	-	-	-	-	-	4
38	Instalação de maçaneta	65	-	30	10	1	5	-	10	-	15
39	Instalação de mola aérea com material	15	1	14	3	32	-	-	-	-	-
40	Instalação de porta cadeado com material	5	-	-	1	-	-	-	10	-	1
41	Instalação de porteiro elétrico	5	-	-	1	-	-	-	-	-	-
42	Instalação de porteiro elétrico numérico	5	-	2	-	-	-	-	-	-	-
43	Instalação de puxador duplo tubular para porta de madeira/vidro com material	15	-	2	4	6	-	-	-	-	-
44	Instalação de puxador para porta de vidro convencional com material	5	-	-	4	-	-	-	-	-	2
45	Instalação de puxador tubular simples para porta de madeira/vidro com material	10	-	-	-	-	-	-	-	-	2
46	Instalação de trava tetra com material	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
47	Manutenção de mola aérea	10	1	4	3	15	-	-	-	-	-
48	Manutenção e revisão de porta automática	5	-	-	-	-	-	-	-	-	1
49	Troca de segredo de fechadura comum com material	75	-	-	15	-	5	-	2	-	-
50	Instalação de fechadura elétrica com porteiro c/ 4 fones com parte elétrica e material	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-

10.2. Para o dimensionamento da proposta a empresa licitante deverá levar em consideração que esta deverá fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, incluindo mão-de-obra.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. *Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;*
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Manter seus empregados devidamente identificados, portando crachás e em boas condições de higiene e segurança, bem como deixar o local de trabalho nas mesmas condições de limpeza encontradas antes da execução dos serviços;
- 12.4. Responder por todos os ônus referentes aos serviços objetos deste Termo de Referência, assim como salários dos funcionários envolvidos e respectivos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da contratação, inclusive transporte e alimentação;
- 12.5. Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou o Órgão, em razão de acidente, de ação ou de omissão, dolosa ou culposa, de seus prepostos ou de quem em seu nome agir.
- 12.6. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados com o mínimo de transtorno para o Órgão, devendo para tanto programar junto com a fiscalização.
- 12.7. Fornecer produtos e serviços de primeira qualidade.
- 12.8. Acatar todas as orientações do Órgão, emanadas pelo fiscal, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.
- 12.9. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades.
- 12.10. Substituir, sempre que exigido pelo Órgão e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.
- 12.11. Comunicar à Diretoria de Serviços e Logísticas - DISERV/PROADI, qualquer anormalidade de caráter urgente referente à execução dos serviços e prestar os esclarecimentos cabíveis.
- 12.12. Designar preposto, aceito pela UFMS, durante o período de vigência da contratação, para representá-la sempre que for necessário.
- 12.13. Manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
- 12.14. Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 12.15. Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão e de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, partido político, classe social, nacionalidade.
- 12.16. Responder integralmente pelos danos causados, direta ou indiretamente, ao patrimônio da União em decorrência de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento realizado pela UFMS;
- 12.17. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas à execução do objeto deste Termo de Referência.
- 12.18. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício

com a UFMS.

- 12.19. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência da UFMS, inclusive por danos causados a terceiros.
- 12.20. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.
- 12.21. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais, resultantes da adjudicação do objeto deste Termo de Referência.
- 12.22. Cuidar para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente às instalações da CONTRATANTE, providenciando sinalização e /ou isolamento das áreas de serviço.
- 12.23. Arcar com o transporte e deslocamento de todo o pessoal e de todo o material necessário à execução dos serviços.
- 12.24. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento das faturas mensais efetuado pela CONTRATANTE.
- 12.25. Manter sistema de pronto atendimento de emergência 24 horas, acessível por meio de telefone celular ou fixo.
- 12.26. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades CONTRATADA, sem a prévia autorização da CONTRATANTE.
- 12.27. Manter arquivo com toda a documentação relativa à execução dos serviços contratados, inclusive ao cumprimento de suas obrigações salariais, as Carteiras de Trabalho e Previdência Social, quando solicitadas, deverão ser encaminhadas à CONTRATANTE.
- 12.28. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.29. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.30. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.31. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.32. Via de regra, a prestação de serviços de modo geral é hipótese de incidência de tributação municipal (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN), conforme lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003.
- 12.33. Existem, contudo, situações em que a prestação de um serviço pode dar ensejo à incidência de tributação estadual pelo ICMS. Como exemplos, citem-se os serviços de transporte interestadual e intermunicipal e os serviços de comunicação (art. 155, II, da CR/88), bem como as exceções expressamente previstas na lista da referida LC 116/2003.
- 12.34. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.35. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.36. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.37. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.38. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.39. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.40. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.41. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.42. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.43. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.44. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.45. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.46. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.47. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.48. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.49. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.49.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.49.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.15. A gestão/fiscalização do contrato poderá estabelecer outros meios e prazos para controle e fiscalização que julgar necessários à perfeita execução contratual e, para tanto, informar previamente à contratada.

16. **DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

16.1. A avaliação da execução do objeto utilizará um *relatório mensal de execução de serviços*, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.2. *A utilização do relatório não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.*

16.3. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

16.3.1. *Quantidades e valores dos serviços realizados devem constar no relatório mensal;*

16.3.2. *Realização dos serviços demandados com qualidade, atestados pela unidade solicitante;*

16.3.3. Não realização de qualquer serviço não autorizado pelo gestor e/ou fiscal do contrato; e

16.3.4. *Não realização de serviços fora daqueles contratados.*

17. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.5. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.6. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no relatório de execução de serviços.*

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. **DO PAGAMENTO**

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de *30 (trinta) dias*, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.4. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.7.1. o prazo de validade;

18.7.2. a data da emissão;

18.7.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.7.4. o período de prestação dos serviços;

18.7.5. o valor a pagar; e

18.7.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.15. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.16. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.18. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

(TX)	I =	=	I	(6 / 100)	= 6%	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual
				365		

19. REAJUSTE

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA - IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

A Equipe de Planejamento da contratação não identificou prejuízos pela inexecução do contrato que necessitem de calços financeiros previamente depositados para suprir as falhas que as empresas, por ventura, deem causa. Assim, entende-se que a modalidade de seguro garantia não deve ser aplicada para o presente objeto.

21. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. cometer fraude fiscal.

21.1.2. comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.3. fraudar na execução do contrato;

21.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Multa de:**

21.2.1.1. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.1.2. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.1.3. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.1.4. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.2.1.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "21.2.3" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens 21.2.2, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os	03

	serviços contratados, por empregado e por dia;	
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.1. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.2. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

22.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

22.3.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

22.3.2.1. quantidades de serviços realizados;

22.3.2.2. descrição dos serviços realizados; e

22.3.2.3. comprovação de empresa ou instituição contratante do serviço de sua qualidade.

22.3.2.4. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 6 meses na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 6 meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

- 22.3.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 22.3.4. *Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.*
- 22.3.5. *Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.*
- 22.3.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 22.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável;
- 22.5. *O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.*
- 22.6. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 22.6.1. Valor Global por lote conforme planilha de composição de preços do item 1.1.
- 22.7. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por lote.
- 22.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
23. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 23.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 374.611,29 (trezentos e setenta e quatro mil seiscentos e onze reais e vinte e nove centavos).
24. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**
- 24.1. A ser informado pela Proplan.

Anexos:

I – Estudo Técnico Preliminar (SEI nº [3490803](#));

II – Levantamento de Quantitativos (SEI nº [3485182](#)); e

III – Planilha de Comparação de Preços (SEI nº [3501371](#)).

Nota de registro: Termo de referência editado de acordo com o documento original código SEI [3601807](#), elaborado e aprovado pelas unidades competentes, sendo realizadas apenas edições referentes à padronização e formatação textual, sem qualquer alteração de conteúdo.



Documento assinado eletronicamente por **Derik Novaes Cardoso, Administrador**, em 16/11/2022, às 15:52, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3672894** e o código CRC **31A87CDF**.